O Tempo, com o Mundo na História do Futuro de Pe. Antonio Vieira

Henryk Siewierki * - UnB

O tempo, como o Mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa. Desde este ponto toma seu princípio a nossa *História*, a qual nos irá descobrindo as novas regiões e os novos habitantes deste segundo hemisfério do tempo, que são os antípodas do passado. Oh! Que coisas grandes e raras haverá que ver neste novo descobrimento! (126)¹

Seria a Terra o modelo do tempo que gradualmente estaria familiarizando o homem com a eternidade? O conhecimento gradual do que existe simultaneamente, o único conhecimento do mundo possível ao homem, não só amplia o horizonte do seu conhecimento do que habita o espaço, mas é também uma lição sobre o tempo e a eternidade. O tempo que precisamos para conhecer um objeto, não é o que tal objeto precisa para existir. A Terra era um corpo esférico antes da viagem de Magalhães, e assim permanece mesmo que a linha do horizonte seja como uma alfândega, e com a moeda do tempo se paga cada vez ao cruzá-la. “O tempo, como o Mundo, tem dois hemisférios” – portanto, o passado, o presente e o futuro são conceitos apenas a medida da experiência humana, porque existe uma outra perspectiva, da qual se vêem todas as coisas em sua plenitude e presenciam todos os tempos. Essa perspectiva existe, mesmo que ela seja inconcebível, como é inconcebível Aquele que assim vê.

O homem, desde o início quis ser como os deuses, como se fosse pouco o que tinha recebido do Criador.

Aos primeiros homens, a quem Deus tinha infundido todas as ciências, nenhuma lhes faltava senão a do futuro e esta lhes prometeu o Demônio com a divindade,

* O autor é professor do Departamento de Teoria Literária e Literatura da Universidade de Brasília (UnB).

¹ Os números em parênteses correspondem às páginas da edição: VIEIRA, Antônio, SJ. *História do futuro*. José Carlos Brandi Aleixo (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

quando lhes disse: *Eritis sicut Dii, scientes bonum et malum*. Mas ainda os que experimentaram o engano, não perderam o apetite. Essa foi a herança que nos ficou do Paraíso, este o fruto daquela árvore fatal, bem vedado e mal apetecido, mas por isso mais apetecido, porque vedado. (121-122).

Antônio Vieira quer saciar a fome de sabedoria das coisas do futuro sem experimentar a fruta proibida, sem desobedecer a Deus, sem pactuar com o demônio ou prestar homenagens aos outros deuses. A tensão entre as limitações da natureza humana e o desejo de conhecer o futuro, desejo próprio dessa natureza, seria tragicamente inconciliável, se o próprio Deus não tivesse revelado ao homem as coisas do futuro. Uma vez que o Criador tenha compartilhado com a criatura o conhecimento das coisas que para os sujeitos à lei do tempo ainda não haviam acontecido, é possível deduzir da Escritura a história do futuro. Ele tinha revelado as coisas do futuro para que, quando chega-se a sua hora, todos saibam quem fosse o seu autor. Ele as tinha revelado para consolar e fortalecer os homens no meio dos perigos e desgraças que a humanidade deveria enfrentar antes da chegada dos tempos da felicidade universal prometida. “A lição das Escrituras, e o conhecimento e fé das cousas futuras é a que mais que tudo nos pode consolar nos trabalhos, porque a paciência tem a sua consolação na esperança, a esperança tem o seu fundamento na fé e a fé nas Escrituras” (156)

Não só os cristãos e os príncipes vitoriosos serão beneficiados se souberem de antemão o curso dos acontecimentos futuros; também aos inimigos esse conhecimento será útil, na medida em que, sabendo que estão agindo em desacordo com a vontade de Deus, queiram abandonar o mau caminho. Vieira dirige a sua obra também aos inimigos de Portugal: “Oh, quantos danos, quantas despesas, quantos trabalhos, quanto sangue e perda de vidas, quantas lágrimas e opressões de naturais e estrangeiros podia escusar Espanha, se, com os olhos limpos de toda a paixão e afeto, quisesse ler esta *História do futuro*, e com tanto zelo e desejo de acertar com os caminhos de seu maior bem, como é o ânimo com que ele se escreve” (181). Um dos principais objetivos dessa *História do Futuro* é, como o próprio autor ressalva, convencer a Espanha de que as suas esperanças de subjugar Portugal só podem ser frustradas, uma vez que a Providência Divina havia reservado um futuro grandioso a esta nação. Foi também a Providência que lhe havia confiado a tarefa de escrever esta *História* e por isso ela começa com tantas promessas de vantagens que esse “livro sagrado” “proporcionará” a Portugal, à Europa e ao mundo.

O historiador do futuro haure o seu conhecimento dos profetas, os únicos autores que sabiam o futuro. Aquele que fala através dos profetas não revela o futuro com todos os seus detalhes, mas a luz sobrenatural do conhecimento das coisas do futuro é tão clara, que, graças às suas capacidades naturais, o profeta é capaz de enxergar o que não lhe foi revelado diretamente. Se através dos profetas do Velho Testamento e aqueles que Cristo chamou “a luz do mundo”, bem como graças aos dons de profecias com que o Espírito Santo incessantemente auxilia a sua Igreja temos acesso a essa luz; então não é preciso ser profeta para avistar o futuro. Só é preciso olhar bem para ver nessa luz todos os detalhes. Antônio Vieira quer ser apenas um servo dos profetas, embora na realidade ele deseje o conhecimento que eles nem sonharam quando com as suas próprias forças buscavam a parte não revelada do mistério. O historiador do futuro apenas organiza o material já pronto com a

humildade do cronista, mas também com o orgulho do sábio, que acredita ser capaz com a sua própria razão de dominar a imensurável riqueza desse material e descobrir o que ainda está coberto no horizonte do futuro. Ele sabe, no entanto, que nem tudo se pode apreender com a razão, sobretudo quando a profecia fala das coisas bem distantes no tempo. Até os apóstolos não eram capazes de “suportar” tudo o que o Mestre tinha a lhes dizer: “Ainda tenho muitas coisas para vos dizer, mas não podeis, por enquanto, suportá-las. Quando, porém, vier aquele Espírito de verdade, ele vos ensinará todas as verdades” (Jo 16, 12-13).²

Assim como a vela, que quanto mais próxima do objeto o ilumina melhor, também a profecia tanto melhor revela as coisas do futuro, quanto mais perto fique do tempo de seu cumprimento. Somente perto desse tempo é que os selos dos livros proféticos se rompem. Quanto mais distante é o tempo a que a profecia se refere, tanto mais nebulosa ela fica. Mas quando chegar à hora e os olhos não fiquem encobertos pela névoa das paixões humanas, pode-se ver nítido o que aos profetas só se apresentava como um esboço impreciso. Por isso Vieira repete as palavras de Davi: *Revela oculos meos, et considerabo mirabilia de lege tua* (Tira o véu dos meus olhos e eu considerarei as maravilhas da tua lei, Sl 118, 18). (252)

Antonio Vieira está ciente de que a sua *História do futuro* não se enquadra no magistério da Igreja, de que diz mais e nem sempre de acordo com que ensinavam os Padres. Por isso, ele antecipa os questionamentos do leitor, afirmando que a “novidade” da sua *História* não é o motivo de desacreditá-la, porque resulta do processo histórico em que o tempo faz concretizarem-se as profecias. O que ensinavam os Padres da Igreja não pode ser considerado como a última e a única verdade, uma vez que muitas verdades lhes estavam veladas e não só não podiam saber tudo como também cometiam erros; “*Homines enim sumus – cita Santo Agostinho – unde aliquid aliter saper, quam se res habet, humana tentatio est*” (Somos homens, na verdade, de onde a humana tentação de sentir a coisa diferentemente do que ela própria é) (290). O mesmo Doutor da Igreja não admitia a existência dos antípodas, onde os homens teriam que andar com os pés para cima e o Sol se levantar quando do lado de cá escurecesse. “Todos os homens – cita Vieira o Santo Agostinho – que se propagaram e estenderam pelo Mundo são descendentes de Adão, como consta da Escritura; logo segue-se que não há nem pode haver Antípodas, porque, se os houvera, haviam de ter passado à outra parte do Mundo, por cima da imensidade do mar Oceano; e é grande absurdo dizer que os homens pudessem fazer tal navegação” (296).

Aonde o Doutor da Igreja não conseguiu chegar com a razão – diz Vieira – chegaram os portugueses com a espada. Os Descobrimientos mostraram como estavam enganados os sábios, porque antes do tempo não eram capazes de entender o verdadeiro significado das profecias, em que há muito foi revelada a verdade sobre o mundo e seus descobridores: “Os que, porém, eram os mais possantes saíram e procuravam correr por toda a terra, e disse: ‘Ide, correi pela terra, e eles correram pela terra’” (Zc 6, 7). (375). Mas quem, segundo Vieira, disse mais sobre os portugueses foi o profeta Isaías, que não só havia predito as viagens de descobrimento das caravelas portuguesas, não só havia descrito com detalhes as tribos dos índios do Brasil, como também havia elogiado essa “nação escolhida” lusa, pelos seus talentos colonizadores e seu fervor apostólico.

² As citações dos textos bíblicos seguem edições da *Bíblia de Jerusalém* (3ª impressão, São Paulo: Paulus, 1994) e ocasionalmente da *Bíblia Ecumênica* (São Paulo, Loyola, 1994), conforme aparecem na edição aqui adotada da *História do futuro*.

Se o tempo é como o Mundo, os Descobrimientos deveriam ter também conseqüências proféticas, desvelar também os antípodas do futuro. Mas os portugueses não só descobriram, também dominaram grande parte do novo mundo. Seria então o domínio sobre antípodas um anúncio do domínio sobre o reino do futuro? Não há como saber, se ao justificar o domínio português no Quinto Império, o Pe. Antônio Vieira, havia tomado também em consideração essa analogia entre o tempo e o espaço. A *História do futuro* é uma obra inacabada, com as lacunas no manuscrito, sabendo-se apenas o plano da obra toda do *Projeto da História do futuro* e dos documentos do processo do seu autor perante o tribunal do Santo Ofício. Mas mesmo se os feitos históricos de Portugal justificassem o seu domínio sobre o quinto e o último império, isso seria apenas a confirmação de uma vocação, já conhecida aos profetas do Velho Testamento, e reafirmada nos primórdios da história desse reino. O fundador do reino de Portugal é o próprio Cristo, que antes da batalha decisiva com os Mouros de Campo de Ourique, qual foi o propósito de criação de Portugal. “Sabiam que tinha Cristo prometido ao seu primeiro rei que os escolherá para Argonautas apostólicos dos seu Evangelhos e para levarem seu nome e fundarem seu Império entre gentes remotas e não conhecidas” (173).

O primeiro império, o dos Assírios ou Babilônios – conforme a cronologia seguida por Vieira – tinha surgido como a conseqüência da confusão das línguas e dispersão dos construtores da torre de Babel. O seu fundador foi Belo, filho do Nemrod: “foi o primeiro que ensinou ao Mundo e introduziu nele a tirania, a que depois com nome menos odioso chamaram Império” (348). Começou a nova época na história da humanidade, a de violação da lei da liberdade dos homens. No início dessa época foram reveladas no sonho do rei Nabucodonosor e contadas pelo profeta Daniel as coisas do futuro. A estátua com a cabeça de ouro, o peito e os braços de prata, e ventre de bronze, os pés de ferro e de barro, será derrubada pela “pedra arrancada do monte sem intervenção das mãos” (*Dn 2, 34*), reduzida em pó e cinza e levada pelos ventos. O destino dos quatro impérios (Assírio, Persa, Grego, Romano), simbolizados pelas partes do corpo da estátua, é desaparecer e deixar o lugar ao quinto, o mais duradouro (*Dn 2, 44*).

Um cenário semelhante da história, embora em outra forma, foi revelado ao profeta Daniel anos depois, no reinado de Baltazar, que sucedeu Nabucodonosor. Num sonho profético ele viu quatro bestas, que simbolizavam quatro reinos seguidos. Quando os tempos do quarto reino chegarem ao fim, chegará a hora do quinto: “O Reino ou Império que se há-de dar ao povo dos Santos do Altíssimo, que são os Cristãos, é o poder e grandeza de todos os reinos que há debaixo do Céu” (*Dn 7, 27*). Nos tempos do rei Hidaspes, que sucedeu a Baltazar, o profeta Zacarias teve uma visão de quatro carroças puxadas por quatro cavalos cada, de diferentes cores, a saírem de dois montes de bronze. Uns iam contra a terra do Norte, outros seguiram rumo ao Sul e “os mais fortes, trataram de discorrer por toda a Terra” (370-371). Aqui também Vieira encontra o anúncio dos quatro impérios e do último quinto, cujo domínio será a terra toda e não só a sua parte conhecida pelos Romanos.

O autor da *História do futuro* volta constantemente ao passado, mostrando como as profecias iam cumprindo-se ao longo da história. O império dos Assírios durou cerca de mil e trezentos anos e o último dos seus 37 imperadores foi Sardanapalo,

✠

HISTORIA DE LO FUTURO

LIBRO ANTE-PRIMERO.

PROLOGOMENO A TODA LA HISTORIA
DE LO FUTURO,
EN QUE SE DECLARA EL FIN,
y se prueban los fundamentos de ella.

MATERIA, VERDAD, Y UTILIDADES
de la Historia de lo Futuro.

E SCRITA

POR EL PADRE ANTONIO VIETRA,
*de la Compañia de Jesus, Predicador de su
Magestad Lusitana.*

TRADUCIDA EN LENGUA CASTELLANA
POR D. ALONSO ANTONIO RODRIGUEZ
Santivañez.

Y DEDICADA AL LECTOR.

En Madrid: Por ANTONIO SANZ. Año de 1738.
Se hallará en su casa, calle de la Paz.

derrotado pelo Ciro, o primeiro soberano do próximo império, o persa. Este durou apenas 230 anos, cedendo ao império grego, quando Dario foi vencido pelo Alexandre, o Grande. O terceiro império durou menos que o reinado de Alexandre, dividindo-se em três reinos: o da Ásia, o de Macedônia e o do Egito. Este último permaneceu mais, 300 anos, até os tempos de Cleópatra, quando Marco Antônio o juntou a Roma. O Império Romano, o quarto, começou o seu domínio sobre o mundo com Júlio César, 30 anos antes do nascimento de Cristo, e manteve a sua unidade durante 400 anos, até a sua divisão em Império Oriental e Ocidental. O Império Oriental foi vencido por Maomé II, enquanto o Ocidental continua, separado de Constantinopla desde que o papa havia coroado Carlos Magno como o imperador do Ocidente. "Sucedeu esta mudança pelos anos de Cristo de 810, nos quais o Império, diminuindo sempre em grandeza e majestade, tem contado noventa imperadores até Fernando Terceiro, que hoje reina e com grande valor e zelo da Cristandade está resistindo-se (queira o Céu que seja com melhor ventura) a outro Maomé". (349).

As duas pernas da estátua do sonho de Nabucodonosor devem simbolizar a divisão do Império Romano em Oriental e Ocidental, enquanto os dedos dos pés „em parte de ferro, em parte de barro”, a última fase da sua existência, quando ocorreu a sua divisão em reinos, tornando-se “em parte firme e em parte frágil” (*Dn* 2, 42). Segundo Vieira os dez reinos eram os seguintes: Portugal, Castela França, Inglaterra, Suécia, Dinamarca Moscóvia, Polônia, Império Turco e Império Romano com compreende Alemanha e Itália. Nem todos os reinos do Ocidente defendem como deveriam a Cristandade, porque

Quando todo o poder de Espanha se havia de achar unido contra o Turco em socorro da Alemanha e Itália, despovoam-se os presídios de Itália, levantam-se os de Alemanha e chamam-se todos a Castela contra Portugal, para que triunfem nas bandeiras otomanas as luas de Mafoma, e se conquistem e sejam vencidas nas portuguesas as chagas de Cristo! (361).

A pedra que no sonho de Nabucodonosor, interpretado pelo profeta Daniel, que derrubou a estátua, simboliza Cristo, Filho do Homem e Filho de Deus, o soberano do quinto e último Império. Baseando-se na Escritura, o Pe. Antônio Vieira afirma que este Reino, embora não esteja deste mundo, será constituído neste mundo e que Cristo como Deus e homem exercerá nele o poder tanto espiritual como temporal. Será um novo tipo de governar, cujo exemplo deu Ele próprio durante a sua primeira vinda. Aquele que era o Senhor do céu e da terra, não tinha onde reclinar a cabeça; Aquele que tinha todo o poder, não quis usá-lo nem em defesa própria, ensinando dessa forma que “muitas vezes o mais nobre e o mais generoso uso do poder é não querer usar dele” (459). Eis que modelo do exercício de poder apresenta Vieira aos portugueses como o modelo a ser por eles seguido, uma vez que foram eleitos e a Lisboa vai ser a capital do Quinto Império, em que o poder temporal exercerá em nome de Cristo o rei de Portugal.

No Quinto Império, diferente de todos que o antecederam, os homens dispersos pelo mundo iam se encontrar, e encontrar também o seu verdadeiro Senhor. De-

saparecerá a tirania, que é uma forma ilusória de poder, e Cristo como o único pastor cuidará do seu rebanho reunido.

Tudo o que abraça o mar, tudo o que alumia o sol, tudo o que cobre e rodeia o céu, será sujeito a este Quinto Império, não por nome ou título fantástico, como todos os que até agora se chamaram Impérios do Mundo, senão por domínios e sujeição verdadeira. Todos os reinos se unirão em um cetro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema cabeça, todas as coroas se rematarão em um só diadema, e esta será a peanha da Cruz de Cristo. (141)

O Quinto Império, o milenar Reino de Deus na Terra, abarcará todos os continentes, todas as raças e culturas, o mundo do islã convertido, Judeus e pagãos. Esta comunidade cristã planetária viverá em paz até a vinda do Anticristo e o Juízo Final. O poder neste Império exercerá o próprio Cristo, mas não diretamente: o poder espiritual exercerá em seu nome o papa, e o poder temporal o rei de Portugal.

Vieira sabia que, para implantar o Reino de Deus na Terra, os meios espirituais e pacíficos seriam insuficientes, e admite – embora em última instância – o uso dos meios violentos contra aqueles que não quiserem converter-se voluntariamente. Como sempre, também neste ponto a Escritura lhe fornece argumentos irrefutáveis (por exemplo, *Iz 42, 59*) e nem entra em conflito com a prática de evangelização e conquista de então. Porém, esta prática entrava em choque com os princípios do direito internacional, já naquele tempo em vigor, princípios elaborados e defendidos ainda na primeira metade do século XVI, pelo dominicano Francisco de Vitória, famoso professor da Universidade de Salamanca. Conforme esses princípios, os infiéis também têm direito a sua terra e à liberdade, o papa não tem poder sobre eles, mas apenas o direito de propagar o Evangelho. Porém, nem todos contemporâneos de Vitória compartilhavam a sua opinião, também no século XVII havia teorias que justificavam e defendiam o direito dos cristãos de dominar os povos “selvagens”. E mesmo aqueles, que queriam apenas exercer o direito de propagar o Evangelho, para assegurar esse direito nas terras de sua missão, gradualmente as dominavam, sem abdicar do uso de meios violentos. O Pe. Antônio Vieira era, portanto, realista, quando defendia a idéia de um Reino de Deus não só espiritual, mas também materializado no Quinto Império governado pelos portugueses.

Porém, a Inquisidor defendia os princípios da doutrina do seu confrade dominicano Francisco de Vitória, ou seja, o princípio do Reino de Deus na Terra puramente espiritual. O processo de Vieira foi então um confronto de duas concepções teológicas e jurídicas, duas metafísicas do poder, no nível da pura teoria, tão distante da prática missionária de então que os aproximava.³ Paradoxalmente, colocando na prisão um dos mais fervorosos missionários daquela época, o Santo Ofício estava defendendo o direito dos pagãos a liberdade, e, embora tão pouco tivesse em comum com o espírito cristão a instituição a que servia o inquisidor Alexandre de Silva, ele defendia, durante longas interrogações de Pe. Antônio Vieira, aquilo que diferenciava a Boa Nova das velhas expectativas messiânicas de um povo eleito.

³ CIDADE, Hernani. *Padre Antônio Vieira. A obra e o homem*. Lisboa: [s.n.], 1979, p. 112.